



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 11/2023

CONTRATO N. 11/2023/TRE-RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0003344-58.2022.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 14/2023

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA SATGURU VIAGENS
LTDA, PARA FORNECIMENTO DE
PASSAGENS AÉREAS, PARA ATENDER
AS NECESSIDADES DO TRE-RO.**

CONTRATANTE: A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, CNPJ n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG nº. ***.893-SSP/RO e CPF nº. ***.106.849-**.

CONTRATADA: Empresa **SATGURU VIAGENS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 36.063.106/0001-81, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 1912 - Térreo, Loja 122 - Bairro: Jardim Paulistano, CEP: 01451-000, Município de São Paulo, Estado de SP, Telefone(s): (11) 3097-8560 / (11) 95816-2135/ (11) 91359-6666, E-mail(s): comercial.licita@satgurutravel.com.br / vijay.solanki@satgurutravel.com.br, neste ato representada pelo senhor **VIJAY VINODBHAI SOLANKI**, indiano, portador da Cédula de Identidade RNE V***686-R/DPF e CPF n. ***.3*9.528-**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 9.507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Edital de Pregão Eletrônico respectivo, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil) e 13.709/2018 (Proteção de Dados Pessoais), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 489/2023 - PRES/DG/GABDG, de 09/05/2023 (evento [1006755](#)).

Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 630/2023 - PRES/DG/GABDG, de 02/06/2023 (evento [1017831](#)).

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a prestação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO).

Subcláusula Primeira - O serviço contratado se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva on-line, e-mail e telefone*).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos para esta contratação, conforme detalhado no item 3.5 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Terceira – A partir da assinatura deste contrato, a empresa CONTRATADA deverá atender as condições indicadas nos itens 7.1.6 até item 7.1.9 do Termo de Referência respectivo.

Subcláusula Quarta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, realizada via modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior desconto ofertado.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e seu §3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA – O valor total estimado deste contrato é de **R\$ 337.248,72** (trezentos e trinta e sete mil duzentos e quarenta e oito



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reais e setenta e dois centavos) para o período de vigência desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Objeto	Unidade de medida	Quantidade estimada	Desconto ofertado sobre o valor inicialmente estimado (em % com duas casas decimais)	Valor total líquido estimado deste contrato
Fornecimento de passagens aéreas	Unidade	161	12,45 %	R\$ 337.248,72

Subcláusula Primeira – Por tratar-se de mera estimativa de gastos, o valor acima não constitui, em hipótese alguma, compromisso execução em sua totalidade, razão pela qual não poderá ser exigido nem considerado como valor para pagamento mínimo, podendo sofrer alterações de acordo com as necessidades do TRE-RO, sem que isso justifique qualquer indenização à CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, relativos a esta contratação como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Terceira As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, na Fonte: 1000000000, e Natureza da Despesa: 339033, conforme Notas de Empenho 2023NE000292 a 2023NE000295 (eventos [1019198](#), [1019199](#), [1019201](#) e [1019202](#)), todas de 06/06/2023, a serem reforçadas, caso necessário, e consoante resumo a seguir:

Plano Interno	Descrição	Orçamento de 2023	Valores para programação em 2023 (baseado na estimativa de gastos)	Projeção de orçamento para	VALOR TOTAL ESTIMADO
---------------	-----------	-------------------	--	----------------------------	----------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			para junho/dezembro).	2024 (janeiro/m aio)	CONTRAT O (2023+2024)
ADM PASS AG	Passagens a servidores em deslocame ntos a serviço da JE-RO	241.60 0,00	140.0 00,00	100.00 0,00	245.192,9 9
ADM PASM EM	Passagens a juízes em deslocame ntos a serviço da JE-RO	71.68 0,00	50.00 0,00	21.000 ,00	72.895,0 0
RO CAPP AC	Passagens aéreas para os servidores - Capacitaç ões SGP	40.00 0,00	20.000,00	20.000 ,00	40.678,0 0
RO CAPEJ E	Passagens aéreas para os servidores - Capacitaç ões EJE- RO	10.00 0,00	4.703,50	9.000 ,00	10.170,0 0
RO CAPTI C	Passagens aéreas para servidores - Capacitaç ões TIC	16.00 0,00	10.000,00	10.50 3,49	16.271,0 0



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL	379.28 0,00	224.703,50	160.503 ,49	385.206,9 9
--------------	------------------------	-------------------	------------------------	------------------------

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA – FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX (ordem bancária por PIX), por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais, observando que:

I - Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.

II - Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a CONTRATADA informe que se tratar de conta corrente ou conta poupança.

III - O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

IV - Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = **I** x **N** x **VP**
Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

V - A compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

VI - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

VII - Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar em situação de plena regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho.

VIII - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à CONTRATADA.

IX - O CONTRATANTE não se obrigará a efetuar o pagamento de Faturas/Notas Fiscais em desacordo com o contratado e/ou não atestadas pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

X – Caso o CONTRATANTE identifique algum erro, divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização do erro, pendência ou divergência identificados.

XI - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

XII - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento poderá ser realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

XIII - Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XIV - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Primeira – Quanto ao faturamento, devem ser observadas as seguintes condições:

1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque;
2. É vedada a cobrança de taxa DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem;
3. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais;
4. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:
 - a) Número da requisição;
 - b) Nome do passageiro;
 - c) Companhia aérea;
 - d) Número do bilhete;
 - e) Valor da tarifa;
 - f) Bagagem despachada;
 - g) Desconto aplicado; e
 - h) Taxas aeroportuárias.
5. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços;
6. O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE;
7. A CONTRATADA deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º (primeiro) dia útil de cada mês; e
8. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Quanto ao valor da tarifa, deverão ser observadas as seguintes regras:

1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais, não sendo permitido nenhum acréscimo;
2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim;
3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação;
4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida ao CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura; e
6. A CONTRATADA repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – No TRE-RO, a gestão e a fiscalização desta contratação serão realizadas pelo (a) titular da Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP.

Subcláusula Primeira – Nos afastamentos do titular, as funções de gestão e de fiscalização deste contrato serão exercidas por seu respectivo substituto.

Subcláusula Segunda – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Para informações e encaminhamentos de documentos relativos à presente contratação deverão ser utilizados os seguintes meios de contatos: Telefone(s): (69) 3211-2020; e E-mail(s): cotep@tre-ro.jus.br.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – Além de observar e cumprir as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a Administração a:

1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado;
3. Recusar os serviços prestados em desacordo com o Termo de Referência, com o Edital do certame, com este contrato, com a proposta da CONTRATADA e/ou com os termos da requisição, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas;
4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Contrato;
5. Manter atualizados os documentos próprios dos registros de fornecimento que tenham sido realizados pela CONTRATADA;
6. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
8. Solicitar a prestação dos serviços objeto deste contrato, nos termos pactuados;
9. Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito;
10. Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
11. Analisar e se manifestar sobre eventuais pedidos de prorrogação de prazo quanto ao objeto contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública; e
13. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA – Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos, obriga-se a CONTRATADA ao que segue:

1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE;
2. Ao findar o contrato, se existente crédito em favor do CONTRATANTE que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU;
3. Em caso a CONTRATADA não emita nota de crédito no prazo estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, glosar os valores devidos em fatura a ser liquidada;
4. Em caso de multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, deduzir do valor do bilhete a ser reembolsado;
5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas;
6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento;
7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura deste contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, em horário comercial;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura deste contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato, sendo que:

a) Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

9. Enviar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à unidade solicitante do CONTRATANTE, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos;

10. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de 4 (quatro) horas, a contar da solicitação, que conterà o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos;

11. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE;

12. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque;

13. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais;

14. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque;

15. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE;

16. No caso de os bilhetes de passagens não serem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, reembolsar ao CONTRATANTE os valores devidos, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE:

- a) Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar;
- b) Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação; e
- c) Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

18. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE-RO;

19. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas;

20. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE-RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados;

21. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste contrato;

22. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE;

23. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

24. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE;

25. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços;

26. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação;

27. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE-RO;

28. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

29. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido neste contrato;

30. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos;

31. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE-RO para este fim;

32. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência deste contrato;

33. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes, observado o que segue:

a) Os limites de alteração à contratação serão considerados de forma isolada, ou seja, tomando-se o conjunto de reduções e o conjunto de acréscimos, sempre calculados sobre o valor original deste instrumento, sem que haja compensação entre eles, conforme reiterada decisões do TCU (Acórdãos 1.981/2009, 749/2010, 906/2012 e 517/2012 – Plenário).

34. Disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) perfis de acesso ao sistema de cotação e reserva *online* utilizado, de forma a auxiliar as unidades da CONTRATANTE na seleção de voos e no gerenciamento das solicitações, bem como na fiscalização e execução deste contrato;

35. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução deste contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36. Utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução deste contrato; e

37. Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE-RO.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA NONA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93 e neste instrumento, conforme segue:

Subcláusula Primeira - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

- a) Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos do edital;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa; e
- g) Cometer fraude fiscal.

Subcláusula Segunda - Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 9 e 10 da Cláusula Oitava deste contrato, calculada sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e
- b) 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

Subcláusula Terceira - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Subcláusula Quarta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Quinta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Sétima - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Oitava - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Nona - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Primeira - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Segunda - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Décima Terceira – Se o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quarta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Sexta - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Oitava - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Décima Nona – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Vigésima - O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, bem como as regras contidas na Lei nº 8.666/1993 e na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>, ou qualquer normativo que venha a substituí-las, sendo que, da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA– O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I. Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-RO.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quinta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - O Contratado deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Esta contratação fundamenta-se no artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002 e à execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, nas Leis 8.666/1993, 10.520/2002 e 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.702/2022 e 23.534/2017, na Resolução ANAC 400/2016, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

Subcláusula única – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 6 de junho de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	VIJAY VINODBHAI SOLANKI Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/06/2023, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VIJAY VINODBHAI SOLANKI, Usuário Externo**, em 07/06/2023, às 12:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, **Técnico Judiciário**, em 07/06/2023, às 12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS**, **Auxiliar Administrativo(a)**, em 07/06/2023, às 13:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1019222** e o código CRC **0CAFA39E**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1019222v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, ao art. 3º, XI c/c o art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Resolução ANAC n. 400, de 13.12.2016, Resolução TSE n. 23.323/2010 e na Instrução Normativa – TRE-RO n. 004/2008, elaboramos o presente Termo de Referência para contratação de serviço de fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

2. OBJETO

2.1. O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, visando atender as necessidades do TRE-RO, nas quantidades abaixo:

2.2 O serviço se dará por meio de atendimento remoto (*sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone*).

3. JUSTIFICATIVA

3.1 O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos.

3.2 Registre-se que a efetivação dos deslocamentos necessários às atividades do TRE-RO não se dá unicamente com a aquisição do bilhete aéreo. Trata-se, efetivamente, da prestação de um serviço que compreende a cotação, reserva, remarcação, cancelamento e outros serviços correlatos.

3.3 Considerando o previsível exaurimento da contratação emergencial no PASEI: [0000606-63.2023.6.22.8000](#), bem como a opção por não repetição do pregão eletrônico registrado no PASEI: [0003344-58.2022.6.22.8000](#), é que se deu a necessidade de reformular o processo licitatório que, assim como em sua contratação nativa, está alinhada ao sexênio estratégico de 2021-2026.

3.4 Por fim, é importante destacar que a suspensão do fornecimento deste serviço poderá inviabilizar a concretização em sua mais plena dimensão das atividades e missões institucionais deste Regional, visto tratarem-se de necessidades permanentes e prolongadas no tempo, típicas de serviços continuados.

3.4. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.4.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

leva em consideração as necessidades reais e futuras relacionadas ao serviço, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

3.4.2. Além disso, o objeto deste Termo de Referência consta no Planejamento Anual das Contratações para 2023, e vem ao encontro da IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL, estabelecida no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2021-2026, a qual define a atuação e o propósito da instituição e orienta a estratégia, representada na Missão Organizacional, na Visão do Futuro e nos Valores:

- MISSÃO: Realizar Justiça.
- VISÃO DE FUTURO: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.
- VALORES: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

3.4.3. Objetivos Estratégicos:

- Garantia dos direitos fundamentais.
- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade.
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional.
- Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais.
- Promoção da Sustentabilidade.
- Comunicação eficaz.
- Transformação digital.
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

3.5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

3.5.1 A Resolução CNJ n. 400/2021, define a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário cabendo aos órgãos do poder realizar a gestão do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS) através de suas unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n. 425/2017, de 7/7/2017.

3.5.2 No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

3.5.3 Já o novo Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o **Princípio do Desenvolvimento Sustentável**, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas **dimensões econômica, social, ambiental e cultural**, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

3.5.4 De acordo com o art. 6º da IN MPOG n. 001/2010-SLTI, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, na contratação de serviços, a Administração Pública **poderá** exigir critérios de sustentabilidade ambiental.

3.5.5 Em razão do objeto deste TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

4. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

4.1. Considerando os valores disponíveis, o desconto mínimo previsto, o atual preço médio de faturas, bem como os deslocamentos a serviço e treinamentos deste Tribunal previstos para os próximos 12 meses, estima-se o valor total da contratação em R\$ 385.206,99 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e seis reais e noventa e nove centavos), **com desconto de 0,36% (zero vírgula**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trinta e seis por cento), conforme formulário de informação conclusiva do valor estimado ([1003361](#)).

4.2. É importante destacar que, ainda que trata-se de contratação por critério do maior desconto, portanto é necessária estimativa de uso pelo órgão contratante. Assim não fosse, as ofertas e efetiva execução poderiam ser imprecisas, impraticáveis e com grande ofensa ao atual modelo de planejamento estratégico. Desta forma, esta unidade gestora considerou 161 possíveis trajetórias, que foram usados como base de referência para multiplicar pelo preço médio de referência praticado na Administração Pública, conforme ticket da fonte [1001238](#).

VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO				
Projeção de tickets	Valor médio praticado 1001238	Valor total	% de desconto aplicado	Valor líquido
161	R\$ 2.392,59	R\$ 385.206,99	0,36%	R\$ 383.820,24

4.3. Apesar de consultarmos várias empresas identificadas prestadoras do serviço, conforme comprovante de consulta [1001237](#), apenas 2 cotações foram respondidas a este Regional, sendo que a terceira fonte referencial foi obtida através de contrato vigente neste Regional Eleitoral conforme ICVEC [1003361](#). Desta forma, entendemos estar cumprida a exigência mínima de 3 (três) preços referenciais mínimos para estimativa de valores do processo licitatório, conforme os *Acórdãos TCU nºs 3.506/2009-1ª Câmara, 1.379/2007-Plenário, 568/2008-1ª Câmara, 1.378/2008-1ª Câmara, 2.809/2008-2ª Câmara, 5.262/2008-1ª Câmara, 4.013/2008-1ª Câmara, 1.344/2009-2ª Câmara, 837/2008-Plenário, 3.667/2009-2ª Câmara e 3.219/2010-Plenário*.

5. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

9.1 A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

Plano	Descrição	Orçament	Provisão	p/	Projeção	VALOR
-------	-----------	----------	----------	----	----------	-------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Interno		o 2023	Contrato vigente (1/1/2023 a 12/5/2023)	orçamento 2024 (1/1/2024 a 12/5/2024)	
ADM PASSA G	Passagens a servidores em deslocamen tos a serviço da JE-RO	241.600, 00	(76.439,00)	80.533, 00	245.192, 99
ADM PASME M	Passagens a juízes em deslocamen tos a serviço da JE-RO	71.680, 00	(22.678,00)	23.893, 00	72.895, 00
RO CAPPA C	Passagens aéreas para os servidores - Capacitaçõ es SGP	40.000, 00	(12.655,00)	13.333, 00	40.678, 00
RO CAPEJ E	Passagens aéreas para os servidores - Capacitaçõ es EJE-RO	10.000, 00	(3.163,00)	3.333, 00	10.170, 00
RO CAPTI C	Passagens aéreas para servidores - Capacitaçõ es TIC	16.000, 00	(5.062,00)	5.333, 00	16.271, 00
TOTAL		379.280, 00	(119.997,00)	126.425, 00	385.206, 99

6 - DO CERTAME LICITATÓRIO

6.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

6.2 DO AFASTAMENTO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.2.1 O valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), motivo pelo qual o certame **não** terá destinação exclusiva para ME/EPP, na forma da Lei Complementar n. 123/2006 e Decreto n. 8.438/2015.

6.2.2 AS ME/EPP's poderão participar com as demais regras de preferêncica.

6.3 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.3.1 O julgamento das propostas será pelo maior desconto ofertado a ser aplicado sobre o valor do volume de vendas de passagens aéreas nacionais e internacionais, inclusive sobre as tarifas promocionais e reduzidas disponíveis no momento da compra, excluída a taxa de embarque.

6.3.2 Deverá ser observada, em quaisquer hipóteses, a exequibilidade das propostas, nos termos do artigo 44, § 3º, e artigo 48, II, da Lei n. 8.666/93.

6.4 DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE HABILITAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.4.1 Habilitação técnica

6.4.1.1 Poderão participar do certame as agências de turismo Consolidadoras e Consolidadas, assim entendidas:

I - CONSOLIDADORAS: aquelas credenciadas pelas companhias aéreas e autorizadas, mediante Contrato de Fornecimento, a emitirem bilhetes de passagens aéreas e outras agências de turismo, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

II - CONSOLIDADAS: Aquelas autorizadas a receberem, mediante Contrato de Fornecimento, bilhetes de passagens aéreas das consolidadoras, nas classes econômicas e executivas, em âmbito nacional.

6.4.2.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

I - Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por órgão ou entidade da administração pública ou por empresas privadas que comprovem que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, os serviços compatíveis com o objeto da licitação.

II - Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo, conforme previsto no art. 22 da Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008, e ao artigo 18 do Decreto n. 7.381/2010.

III - Tratando-se de agência de viagem consolidada, cópia do contrato assinado com a agência de viagem consolidadora (Acórdão TCU 112/07 – Plenário).

IV - Declaração do próprio licitante, sob as penas da lei, de que está autorizado a emitir e comercializar passagens/bilhetes, no mínimo, das companhias **GOL, LATAM e AZUL**.

V - Declaração do próprio licitante com a descrição da estrutura de serviços **exclusiva** de agência de viagens, indicando, no mínimo, endereço e telefone comercial, horário de atendimento, número de funcionários administrativos e de atendimento, e outras informações que garantam condições de operacionalidade, funcionamento e cumprimento da contratação a ser firmada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Ato de registro perante a *International Air Transport Association* (IATA). Na hipótese de a licitante não dispor do registro perante a IATA, poderá apresentar registro da consolidadora ou declaração expedida pelas empresas internacionais de transporte aéreo regular, listadas na página da internet da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, obtida no site www.anac.gov.br, traduzidas por tradutor juramentado, se for o caso, comprovando que a licitante é possuidora de crédito direto e está autorizada a emitir bilhetes de passagens aéreas internacionais durante a vigência do contrato.

7 - DO CONTRATO

7.1 REGRAS GERAIS

7.1.1 Nos termos do artigo 62 da Lei n. 8.666/93, será lavrado contrato regulando a relação entre a Administração Contratante e a Contratada.

7.1.2 No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, o contratado deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

7.1.3 Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a contratada realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

7.1.4 Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela contratada;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.5 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

7.1.6 A Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, em horário comercial.

7.1.7 Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

7.1.8 Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

7.1.9 Os dados previstos no item anterior devem ser mantidos atualizados pela contratada pelo e-mail cotep@tre-ro.jus.br.

7.1.10 O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a adjudicatária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

7.1.11 À relação contratual, além das disposições previstas no respectivo Edital de Pregão, aplicam-se o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações subsequentes, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 e, supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e as regras do Código Civil Brasileiro.

7.2 PRAZO DE VIGÊNCIA

7.2.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

8. FATURAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1. O faturamento deverá ser o somatório dos preços cobrados no momento da emissão de cada passagem aérea (inclusive bagagem despachada, quando houver), menos o percentual de desconto contratado, mais a taxa de embarque.

8.1.1. É vedada a cobrança de taxa DU, pois o critério é de maior desconto a partir de zero, o que é incompatível com cobrança de taxa. O desconto (a partir de zero) deve incidir sobre o valor estimado do contrato para efeito de proposta. A apuração, na execução, será sobre o valor da passagem.

8.2. Os valores cobrados pelas companhias aéreas para reembolso, reemissão, e cancelamento de viagens serão repassados nas faturas mensais.

8.3. As faturas deverão ser tabuladas por centro de custo, nacional e internacional, por data de emissão, discriminando:

8.3.1. Número da requisição;

8.3.2. Nome do passageiro;

8.3.3. Companhia aérea;

8.3.4. Número do bilhete;

8.3.5. Valor da tarifa;

8.3.6. Bagagem despachada;

8.3.7. Desconto aplicado; e

8.3.8. Taxas aeroportuárias.

8.4. Durante a vigência do contrato as partes poderão acordar novo formato e novos dados para tabulação na fatura dos serviços.

8.5. O pagamento será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega da fatura ao CONTRATANTE.

8.6. O CONTRATADO deverá apresentar as faturas para pagamento no 1º dia útil de cada mês.

8.7. As faturas que apresentarem qualquer tipo de incorreção serão devolvidas e sua nova apresentação ocorrerá juntamente com a fatura subsequente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9. VALOR DA TARIFA

9.1. O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas concessionárias de serviços de transporte aéreo, inclusive quanto às classes promocionais, não sendo permitido nenhum acréscimo.

9.2. Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais, sempre que forem cumpridas as exigências para esse fim.

9.3. O valor vigente das tarifas, na data da emissão dos bilhetes de passagens, deverá ser comprovado mediante transcrição da tela do sistema de marcação.

9.4. Deverão ser entregues todas as notas fiscais ou faturas das companhias aéreas, relativas às passagens constantes das faturas, para fins de comprovação, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

9.5. Quando for verificado pelo gestor do contrato que o bilhete aéreo foi emitido com valor acima do constante do solicitado, a diferença respectiva deverá ser ressarcida à CONTRATANTE, mediante desconto do referido valor, quando do pagamento da próxima fatura.

9.6. O CONTRATADO repassará ao CONTRATANTE todas as vantagens e tarifas-acordo que celebrar com as companhias aéreas.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Promover, mediante solicitação e no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da solicitação, reembolso de passagens não utilizadas pelo CONTRATANTE.

10.2. Findo o contrato, se existente crédito em favor do contratante que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido aos cofres do Tesouro Nacional através de Guia de Recolhimento da União – GRU.

10.3. Caso a empresa não emita nota de crédito no prazo acima estipulado ou não informe o valor dos trechos não utilizados, o valor total do bilhete, pelo seu valor de face, será glosado em fatura a ser liquidada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.4. Multa eventualmente cobrada pela companhia aérea, desde que devidamente comprovada, poderá ser deduzida do valor do bilhete a ser reembolsado.

10.5. Observar as normas a que está sujeita a atividade de agenciamento de viagens, especialmente quanto ao fornecimento de passagens aéreas.

10.6. Pagar às companhias aéreas, nos prazos pactuados em suas avenças específicas, os bilhetes emitidos, ficando estabelecido que o CONTRATANTE não responderá, sob qualquer hipótese, solidária ou subsidiariamente, por esse pagamento.

10.7. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, o funcionário que ficará responsável pelo atendimento preferencial ao TRE-RO, em horário comercial.

10.8. Indicar, no prazo máximo de 1 (um) dia útil a contar da assinatura do contrato, funcionário para atendimentos que se fizerem necessários fora do horário de expediente (inclusive aos sábados, domingos e feriados), com a indicação de número de telefone celular para contato.

10.9. Os funcionários indicados deverão ter autonomia para resolver qualquer questão relacionada à prestação dos serviços contratados.

10.10. Enviar, no prazo máximo de duas horas, a contar da solicitação (telefônica ou por e-mail), cotação eletrônica à unidade solicitante do tribunal, onde constem todas as tarifas disponíveis para o trecho e na data pretendidos.

10.11. Reservar, emitir, marcar, remarcar, desdobrar, confirmar e reconfirmar as passagens aéreas para as rotas nacionais e internacionais, inclusive retorno, no prazo máximo de quatro horas, a contar da solicitação, que conterà o valor das tarifas escolhidas preferencialmente segundo os critérios de menor preço/voos diretos.

10.12. Descumprido o prazo estipulado para a emissão da passagem, havendo majoração da tarifa em relação ao valor verificado na reserva, tal diferença será glosada pelo CONTRATANTE.

10.13. Efetuar reservas e emissão de bilhetes em caráter de urgência, quando solicitado pelo CONTRATANTE, que poderá ocorrer fora do horário de expediente, inclusive sábados, domingos e feriados, devendo o bilhete estar à disposição do viajante em tempo hábil para o embarque.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.14. Reservar assentos em aeronaves de companhias aéreas que disponibilizarem esse serviço, sempre que possível na forma requerida, bem como orientar o TRE-RO quanto ao melhor roteiro, horário, frequência de voos e tarifas promocionais.

10.15. Fornecer, quando solicitado pelo TRE-RO, documento expedido pela companhia aérea que ateste a efetiva utilização do bilhete de passagem, relacionando o nome do usuário, o número do voo, o local, a data e a hora do embarque.

10.16. Adotar as medidas necessárias para o cancelamento de passagens e/ou trechos não utilizados, a partir de solicitação do CONTRATANTE.

10.17. Os bilhetes de passagens que não forem utilizados em decorrência de mudança de plano ou cancelamento das viagens autorizadas pelos gestores deste CONTRATO, emitidos, e pagos, serão reembolsados pela CONTRATADA no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento do e-mail de solicitação.

10.18. Substituir passagens (remarcação) quando ocorrer mudanças de itinerário de viagem ou de desdobramento de percurso, mediante solicitação do CONTRATANTE.

10.18.1. Quando houver aumento de custo – emitir ordem de débito pelo valor complementar.

10.18.2. Quando houver diminuição de custo – emitir ordem de crédito a favor do TRE-RO, a ser utilizada como abatimento no valor da fatura posterior, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

10.18.3. Quando a alteração se der para atender a necessidade do passageiro, este deverá arcar com os custos, não devendo ser emitida cobrança ao CONTRATANTE.

10.19. Assegurar o fornecimento do(s) menor(es) preço(s) em vigor, praticado(s) por qualquer das companhias aéreas do setor, mesmo que em caráter promocional, repassando todos os descontos e vantagens oferecidos que possam resultar em benefício econômico para o TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.20. Apresentar alternativas viáveis, no caso de não haver disponibilidade de vagas nas datas e horários requisitados, bem como adotar outras medidas necessárias à confirmação das reservas solicitadas.

10.21. Responsabilizar-se por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços do TRE-RO, decorrentes de ineficiência, atrasos ou irregularidades cometidas na execução dos serviços contratados.

10.22. Pagar os salários devidos aos seus empregados e todos os encargos previstos na legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e quaisquer outras despesas, incidentes sobre o objeto deste Edital.

10.23. Observar as normas e regulamentos internos do CONTRATANTE.

10.24. Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

10.25. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras que serão objeto de apreciação pelo CONTRATANTE.

10.26. Acatar a fiscalização do CONTRATANTE, comunicando-o de quaisquer irregularidades detectadas durante a execução dos serviços.

10.27. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

10.28. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento, por escrito, do TRE-RO.

10.29. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

10.30. Apresentar os documentos fiscais de cobrança em conformidade com o estabelecido no contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.31. Manter atualizados seu endereço, telefones, e-mails e dados bancários para a efetivação de pagamentos.

10.32. Responsabilizar-se pelo fornecimento de passagens requisitadas por pessoas não credenciadas pelo TRE-RO para este fim.

10.33. Enviar na data de assinatura do contrato relação atualizada de empresas aéreas afiliadas e nome dos seus contatos com as quais mantenham ajuste, informando, imediatamente, as inclusões, alterações e as exclusões que ocorrerem durante a vigência do contrato.

10.34. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes.

10.35. Disponibilizar, no mínimo, 10 (dez) perfis de acesso ao sistema de cotação e reserva *online* utilizado, de forma a auxiliar as unidades da CONTRATANTE na seleção de voos e no gerenciamento das solicitações, bem como na fiscalização e execução do contrato.

10.36. Adotar os demais procedimentos necessários à boa execução do contrato.

10.37. Utilizar, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte do CONTRATADO.

11.2. Atestar a execução do objeto por meio de gestor especificamente designado.

11.2.1. Serão recusados os serviços prestados em desacordo com este Termo de Referência, com o Edital do certame, com o contrato, com a proposta da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratada e/ou com os termos da requisição, sujeitando a contratada às sanções previstas.

11.3. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Contrato, bem como será efetuado mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Almoxarifado deste TRE-RO, sendo efetuadas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = (6/100) / 365$$

$$I = 0,00016438$$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.4. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

12. SANÇÕES

12.1. Se a licitante vencedora descumprir as condições do PREGÃO ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis 10.520/02 e 8.666/93.

12.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, será descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das demais cominações legais e multa, a LICITANTE que:

12.2.1. Quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato ou não apresentar situação regular, nos termos deste edital;

12.2.2. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

12.2.3. Apresentar documentação falsa;

12.2.4. Não mantiver a proposta;

12.2.5. Comportar-se de modo inidôneo;

12.2.6. Fizer declaração falsa; e

12.2.7. Cometer fraude fiscal.

12.3. Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços ou descumprimento de cláusula contratual, será aplicada multa nas seguintes condições:

12.3.1. 10% (dez por cento) a cada hora de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos itens 10.10 e 10.11 deste termo de referência, calculada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sobre o valor médio da cotação solicitada, ou sobre o valor total do bilhete não entregue, até no máximo de 60% (sessenta por cento); e

12.3.2. 100% (cem por cento) calculada sobre o valor total dos bilhetes solicitados e não entregues.

12.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades:

12.4.1. Advertência;

12.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

12.4.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

12.4.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13. RESPONSÁVEL PELO PROJETO E GESTOR DO CONTRATO

13.1. Secretaria de Gestão de Pessoas.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.1. Coordenadoria Técnica e de Pagamento.



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO ESTEVES BADOCHA**, Secretário(a) de Gestão de Pessoas - Em Substituição, em 28/04/2023, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1003796** e o código CRC **BC4FFC4B**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1003796v10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SGP.

ASSUNTO: Análise - Novo Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.

PARECER JURÍDICO Nº 97 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP da SGP deste Tribunal, objetivando a efetiva contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone) ([0939608](#)). Após manifestação desta unidade jurídica por meio do Parecer Jurídico n. 20/2023 ([0977010](#)) e autorização da contratação pela autoridade administrativa ([0978256](#)), desencadeou-se o certame pela publicação do Edital do Pregão Eletrônico n. 2/2023 ([0995531](#)), o qual restou fracassado ([1002734](#)).

02. Na sequência, a unidade demandante inseriu nova Informação Conclusiva Valor Estimado ([1003361](#)), novo Estudo Técnico Preliminar ([1003361](#)) e por fim, novo Termo de Referência ([1003410](#)), além de também informar ao GABSAOFC ([1003457](#)) que foram realizados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

novos estudos e modulações da presente contratação com o objetivo de mitigar riscos e nova frustração de certame.

03. Após regular tramitação e inseridos os novos documentos definidores do planejamento da contratação, por meio do Despacho n. 890/2023 ([1003511](#)), a SAOFC em substituição enviou o processo a esta unidade para Análise Jurídica e à SECONT para elaboração de minuta contratual.

04. A Seção de Apoio às Contratações - SAC, detectou a necessidade de adequações nos documentos que correspondem ao planejamento da contratação ([1003619](#)), pois verificou-se que o ETP ([1003408](#)) e a ICVEC ([1003361](#)) foram elaborados ainda sob o manto da Lei do Pregão 10.520/2002 e os respectivos normativos que instrumentalizavam a Lei n. 8.666/1993. Contudo, o **Termo de Referência nº 8/2023** ([1003410](#)) foi elaborado seguindo a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, de aplicação da nova IN TR-RO 04/2023.

05. Dando continuidade ao procedimento, o GABSGP inseriu novo Termo de Referência ([1003796](#)) adequando os referidos termos da contratação à égide da Lei n. 8.666/1993.

06. Em nova análise, a Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1002879](#)) e remeteu o feito a esta unidade para análise jurídica ([1004881](#)):

4 - CONCLUSÃO: Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº10/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP**, evento ([1003796](#)) - complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

07. Após as informações solicitadas pela SPOF, a unidade demandante explicitou os valores necessários para programação no exercício corrente e para a execução futura no exercício de 2024 vindo assim ao processo ([1005669](#), [1005676](#), [1005687](#) e [1005609](#)) os reforços às programações já existente nos autos ([0966193](#), [0966204](#), [0966210](#), [0966220](#)). Consta, ainda, informação de que as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0003344-58.2022.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Aplicação da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 ao procedimento da contratação pretendida - Possibilidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Registra-se que a presente contratação, inicialmente autorizada pela autoridade administrativa na data de 16/02/2023 ([0978256](#)) e que teve o edital certame publicado na data de 1º/03/2023 ([0981557](#)) encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), tudo em harmonia com a redação original da **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, que, nas regras combinadas dos artigos 191 e 193, II, possibilitava a adoção desses regimes **até o dia 1º/04/2023**, data a partir da qual seriam revogados.

14. Todavia, na data de **31 de março de 2023** foi editada a **Medida Provisória n. 1.167**, que alterou os referidos dispositivos legais, concedendo à Administração a faculdade de continuar optando pelos regimes jurídicos das referidas leis, desde que a opção escolhida seja expressamente indicada no edital e a publicação do instrumento convocatório ocorra até 29 de dezembro de 2023. Veja-se:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

15. Nessa mesma esteira são também as conclusões do **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, que estabeleceu que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a **“opção por licitar ou contratar”** pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023, poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023, veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

9.2. firmar o entendimento, com base no art. 16, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, de que:

9.2.1. os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023;

9.2.2. os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas no subitem anterior deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21;

9.2.3. a expressão legal “opção por licitar ou contratar” contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.

(...)

16. Dessa forma, já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

3.2 Do objeto e da adoção da modalidade do Pregão eletrônico

17. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19.

18. Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

19. Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 10/2023-GABSGP ([1003796](#)), por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([1004476](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. De acordo com o referido **art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição.

21. Quanto a esse requisito, a unidade demandante registrou nas justificativas que integram o TR, entre outras, que (...) *O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos (...).*

22. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

23. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

24. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo **parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2022**, veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

25. Na mesma linha é a redação do novel **Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019**, que, de igual forma, também traz sua definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, veja-se:

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

26. No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva por meio das especificações constantes no capítulo 2 do TR, indicando de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

27. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviço comum**, cujos padrões de qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019**, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019** (**situação que não foi noticiada neste processo**).

28. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a aquisição do objeto pretendido, o qual deverá se dar pelo **menor preço, obtido por meio do maior desconto**, para o único item existente, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

3.3. Do valor estimado da contratação

29. Acerca do valor estimado, é necessário tecer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria, Tecnologia da Informação, Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

30. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento ([1003361](#)), estando os requisitos da estimativa inseridas nesse documento após pesquisa de aquisições e contratações neste mesmo regional e que foram considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação.

31. No *caput* do art. 6º, a IN MPOG n. 03/2015 orienta sobre a definição do preço estimado para serviços de agenciamento de viagens, *in verbis*:

Art. 6º A remuneração total a ser paga à agência de turismo será apurada a partir do valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas, remarcadas ou canceladas e serviços correlatos.

32. Contudo, tal regra **não é de cunho obrigatório para esta Administração**, pois as disposições contidas nas instruções normativas expedidas pelo Ministério do Planejamento têm como destinatária o Poder Executivo e, portanto, não são de aplicação automática e obrigatória a este



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgão, integrante do Poder Judiciário. Nesse sentido, cita-se a segura lição de Marçal, *verbis*:

As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1, de 19 de janeiro de 2010**, toda editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

[...]

Como é evidente, uma instrução normativa **não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei**. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infraregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.

[...]

Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.

[...] **Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. **Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional.** (Marçal Justen Filho Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed., São Paulo, Dialética, p. 143 e 145) (negritou-se e grifou-se)

33. Destarte, a unidade solicitante não adotou a fórmula utilizada no dispositivo acima citado, optando por utilizar o valor estimado da contratação aplicado do maior desconto percentual ofertado para fornecimento de passagens aéreas, conforme itens do TR em questão:

6.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item**, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34. Ademais, no item 5.1 do TR a unidade demandante considerou os valores do contrato vigente, a disponibilidade orçamentária para 2023, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, estimou o consumo de 161 passagens aéreas com o valor total estimado com um desconto mínimo de **0,36%**, apresentando o valor estimado de R\$ 385.206,99.

35. A pesquisa de mercado sistematizada no documento juntado ao evento ([1003361](#)), aponta que a média alcançada foi o percentual de desconto no patamar acima mencionado.

3.4 Dos Critérios de sustentabilidade ambiental

36. No âmbito do Poder Judiciário, o normativo que aborda essa temática é a Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, qual determina **institui a atual política a ser adotada**. Essa norma reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

37. No caso ventilado, em razão do objeto do TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato (item 3.5.5 do TR).

38. Levando em consideração a necessidade contínua de Administração Pública transacionar com objetivo de desenvolver suas atividades precípuas junto aos jurisdicionados, entende-se que é coerente o requerimento acima assentado. Não se pode suspender todas os processos licitatórios até o TRE-RO estar em plena consonância com os preceitos de sustentabilidades exigidos. Esta é uma transformação morosa, pois se trata, também de mudança custosa de consciência coletiva.

39. Neste contexto, a corroborar o posicionamento expedido nos tópicos anteriores, impende fazer à colação da decisão monocrática



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

proferido pelo Ministro Benjamim Zymler no TC-003.405/2010-9, *ipsi litteris*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais **deve se dar paulatinamente**, de forma que os **agentes do mercado possam se adaptar a essas** novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

40. Com essas considerações, tem-se que os referidos critérios de sustentabilidade, exigência apenas de disponibilização digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato, podem ser abrigados.

3.5. Do regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS

41. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

42. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

43. Considerando que o valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) não terá aplicação o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015, como apontado no item 6.2.1 do Termo de Referência ([1003796](#)).

3.6. Dos demais elementos do TR

44. O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.024/2019, a saber: **a)** Requisitos específicos de habilitação, item 6.4; **b)** critério de julgamento de propostas, item 6.3; **c)** o prazo para vigência do contrato, item 7.2.1; **d)** os deveres do contratado e do contratante - Capítulos 10 e 11; **e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, capítulo 12; e **f)** os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, capítulo 13 e 14. Todos os requisitos citados foram inseridos no documento técnico e seus anexos, motivo pelo qual pode-se afirmar que o TR contempla os elementos essenciais exigidos no referido disposto regulamentar.

IV – CONCLUSÃO

45. De forma preliminar - e na esteira do que registrado no Seção 3.1 deste parecer - como já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, deverá realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

46. No que diz respeito ao Termo de Referência nº 10/2023 ([1003796](#)), também já analisado e tido como regular pela SAC ([1004476](#)), verifica-se que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19. Assim, poderá ser o instrumento submetido à aprovação da autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento.

47. Caso aprovado pela autoridade competente, a contratação pretendida se amolda na modalidade licitatória **pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para o único item do certame, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, não** sendo observado o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, já que o valor estimado está acima do limite previsto no **art. 6º, do Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015.**

48. Na busca da ampliação da competitividade e da proposta mais vantajosa, considerando sobretudo o fracasso do certame anterior ([0995531](#)), **sugere-se a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e a divulgação do percentual mínimo**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado do desconto, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto 10.024/2019.

49. Destaca-se ainda que a minuta do contrato, receberá sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a do edital de pregão eletrônico e seus demais anexos.

50. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que não possui aptidão para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 04/05/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 04/05/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1005853** e o código CRC **8922D318**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1005853v13



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Novo Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 489 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, visando à contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone).

A contratação pretendida justifica-se diante do previsível exaurimento da contratação emergencial no PASEI: [0000606-63.2023.6.22.8000](#), o qual possui vigência até 14/07/2023 ([0998700](#)), bem como da opção pela não repetição do Pregão Eletrônico n. 2/2023 - fracassado - para contratação desse objeto ([1000328](#)). Além disso, a suspensão do fornecimento deste serviço poderá inviabilizar a concretização das atividades e missões institucionais deste Regional, visto tratarem-se de necessidades permanentes e prolongadas no tempo, típicas de serviços continuados.

Para instrução dos autos, carreu-se a solicitação de contratação ([0963279](#)); o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico ([1003408](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1003361](#)); e o termo de referência ([1003796](#)), com o registro de terem sido realizados novos estudos e modulações da presente contratação com o objetivo de mitigar riscos e nova frustração de certame.

O valor estimado da contratação totaliza o montante de R\$ 385.206,99 (trezentos e oitenta e cinco mil, duzentos e seis reais e noventa e nove centavos), conforme item 4 do TR.

Após as diligências necessárias ([1003619](#)), a SAC concluiu que o TR, complementado pela pesquisa de preços e pelos demais elementos do processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, inciso XI, do Decreto n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 ([1004476](#)).

Após as informações solicitadas pela SPOF, a unidade demandante explicitou os valores necessários para programação no exercício corrente e para a execução futura no exercício de 2024 vindo assim ao processo ([1005669](#), [1005676](#), [1005687](#) e [1005609](#)) os reforços às programações já existente nos autos ([0966193](#), [0966204](#), [0966210](#), [0966220](#)). Consta, ainda, informação de que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC n. 101/2000, art. 16, inciso II, c/c o § 4º, I, do mesmo artigo).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela existência de autorização legal para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação pretendida. Ademais, opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela autorização da contratação pretendida por meio de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para o único item do certame, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19; pela não aplicação de tratamento diferenciado destinado às ME/EPPs; pela divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e a divulgação do percentual mínimo estimado do desconto. Destacou, ainda, que a minuta do contrato futuramente elaborada, receberá sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com o edital de pregão eletrônico e seus demais anexos ([1005853](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela regularidade da Informação Conclusiva do Valor Estimado; pela autorização de licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e pela divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto, bem como do percentual mínimo estimado do desconto, em busca da proposta mais vantajosa ([1006625](#)).

Inicialmente, registra-se que a presente contratação encontra-se formatada nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), o que é possibilitado pela redação dos art. 191 c/c 193, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, conferida pela Medida Provisória n. 1.167/2023. Leia-se:

"Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do **caput** do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: ([Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e ([Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - **em 30 de dezembro de 2023:** [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)"

Dessa forma, tem-se configurada a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação, devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até 29/12/2023.

No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva por meio das especificações constantes no capítulo 2 do TR, indicando de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de serviço comum, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019.

O edital de licitação deve estabelecer o tipo de licitação, o qual deverá se dar pelo menor preço, obtido por meio do maior desconto, para o único item existente, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos, para a qual deverá ser adotada o modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme discriminado no item 6.1.1 do TR.

Com relação ao valor estimado da contratação, no item 5.1 do TR a unidade demandante considerou os valores do contrato vigente, a disponibilidade orçamentária para 2023, capacitações, reuniões de trabalho



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e outras previstas para execução das atividades do Tribunal; estimou o consumo de 161 (cento e sessenta e uma) passagens aéreas com o valor total estimado com um desconto mínimo de 0,36%, apresentando o valor estimado de R\$ 385.206,99 (trezentos e oitenta e cinco mil duzentos e seis reais e noventa e nove centavos). A pesquisa de mercado sistematizada no documento juntado ao evento n. 1003361, aponta que a média alcançada foi o percentual de desconto no patamar acima mencionado.

Quanto à sustentabilidade, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato, consoante subitem 3.5.5 do TR, em atenção às disposições da Resolução CNJ n. 400/2021.

No tocante ao regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS, considerando que o valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não terá aplicação o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, na forma estabelecida pelo art. 49, inciso III, da LC n. 123/2006 e pelo art. 10, inciso II, do Decreto n. 8.538/2015, como apontado no item 6.2.1 do TR.

Diante do exposto, com base nos documentos e nas informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal no exercício de 2023, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

I - autorizo a aplicação dos regimes jurídicos da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002, nos termos do art. 191 c/c 193, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, observando o prazo-limite para publicação do edital até a data de 29/12/2023;

II - aprovo o ETP n. 2 - COTEP ([1003408](#)) e o Termo de Referência n. 10 ([1003796](#)), considerando que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto n. 10.024/19;

III - aprovo o valor estimado da contratação constante da informação conclusiva de evento n. [1003361](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

IV - autorizo a licitação na modalidade pregão na forma eletrônica, tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

V - determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do parágrafo único do art. 31 c/c o art. 32 do Decreto n. 10.024/2019;

VI - determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06;

VII - determino a aplicação dos critérios de sustentabilidade, consoante subitem 3.5 do TR; e

VIII - determino a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e do percentual mínimo estimado do desconto, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto n. 10.024/2019.

Ademais, frisa-se que a minuta do contrato futuramente elaborada deverá receber sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a minuta de edital de pregão eletrônico e seus anexos, consoante item 49 do Parecer Jurídico n. 97 ([1005853](#)).

À SAOFC para prosseguimento dos procedimentos relativos à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 09/05/2023, às 18:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1006755** e o código CRC **61054A1A**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1006755v32



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SGP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Minuta de Edital e de Contrato - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 101 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP da SGP deste Tribunal, objetivando a efetiva contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone) ([0939608](#)). Após manifestação desta unidade jurídica por meio do Parecer Jurídico n. 20/2023 ([0977010](#)) e autorização da contratação pela autoridade administrativa ([0978256](#)), desencadeou-se o certame anterior pela publicação do Edital do Pregão Eletrônico n. 2/2023 ([0995531](#)), o qual restou fracassado ([1002734](#)).

02. O novo certame com as alterações promovidas pela unidade demandante visando à nova tentativa de contratação ([1003457](#)), foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 97/2023 ([1005853](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **do tipo menor preço, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado**, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19.

03. Pela Manifestação n. 195/2023 ([1006625](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu à autorização da contratação e pelo Despacho n. 489/2023 ([1006755](#)), da lavra da Senhora Diretora-Geral deste TRE-RO, foi aprovado o TR n. 10/2023 ([1003796](#)) e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC, determinando-se, entre outros comandos, a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, com fulcro no art. 6º do Decreto n. 8.538/2015 e da LC n. 123/06, a aplicação de critérios de sustentabilidade e a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e do percentual mínimo estimado do desconto, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto n. 10.024/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 986/2023 ([1008147](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à ASLIC para elaboração da minuta de edital, à **SECONT** para elaboração da minuta do instrumento contratual e a esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

05. Redigida a minuta do **Edital do Pregão Eletrônico** e seus anexos ([1008855](#)), bem como a **minuta do contrato** ([1008765](#)), a ASLIC enviou o processo a esta Assessoria Jurídica para análise ([1008856](#)).

É o necessário relato.

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

07. Observa-se que a minuta do edital juntada ao processo contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente seu art. 40, e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019.

08. Destaca-se:

a) as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

b) a especificação do objeto pretendido e a informação acerca da dotação orçamentária para a contratação (capítulo 3);

c) as condições para participação da licitação (capítulo 4). Considerando que o certame terá ampla concorrência, no item 4.2 o Pregoeiro fez constar a regra do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, consoante dispõem a Lei Complementar n. 123/2006, Lei Complementar n. 147/2014 e Decreto Federal n. 8.538/2015;

d) a previsão de apresentação de proposta e o percentual de desconto (5.2.1), além da especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação (5.2).

e) o intervalo mínimo de 0,1 (um décimo por cento) para o lance, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (item 7.2) e a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

f) a necessária comprovação por partes das empresas dos requisitos de habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n. 9.854/99) e apresentação das declarações legais (itens 9.1 a 9.7 do edital).

09. Assinala-se que na elaboração do instrumento, especificamente no item 10.3, registrou-se o prazo razoável de 02 (duas) horas, a partir da solicitação pelo Pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, ou documento ausente, comprobatório de condição pré-existente atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, ou mera declaração, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha. Além disso, constatou-se que o pregoeiro registrou que o preço estimado para os serviços será público, em razão da disputa em função do maior desconto (item 4.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital).

10. Constata-se que a minuta do edital é complementada pelos anexos Termo de Referência (I); Minuta do contrato (II) e Modelo de Declaração (III). Nesse sentido, todos os elementos parecem estar disciplinados de forma regular. Não obstante, sugere-se ao Pregoeiro a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

11. Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento ([1008765](#)) que deverá ser reproduzida no Anexo II do edital - sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

III - DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Pelo exposto e para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da **minuta do do Edital (1008855) e do Contrato (1008765)**, estando os instrumentos aptos para desencadear a fase externa do certame competitivo, devendo, ainda, por cautela, ser observada a anotação destacada no item 10 deste parecer.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 11/05/2023, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 11/05/2023, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1008931** e o código CRC **51A6AADB**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1008931v4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SGP.

ASSUNTO: Final - Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 118 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP da SGP deste Tribunal objetivando a contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone) ([0939608](#)).

02. O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 97/2023** ([1005853](#)). Na sequência, a minuta de edital foi aprovada por esta Assessoria Jurídica por meio do **Parecer n. 101/2023** ([1008931](#)).

03. Concluída a fase interna, iniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 14/2023 ([1009085](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1010194](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) relatório de propostas – Comprasnet ([1015288](#));

b) proposta ajustada e documentos de habilitação da licitante vencedora juntados nos volumes VII e VIII do processo, a saber:

1. SATGURU VIAGENS LTDA CNPJ 36.063.106/0001-81 ([1015729](#) [1015730](#)) **que foi aceita para o único item do certame.**

ANÁLISES DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO PREGOEIRO:

PROPOSTAS:

SATGURU VIAGENS LTDA CNPJ 36.063.106/0001-81:

Proposta juntada no evento ([1015290](#)) referente ao item 1 do edital. Unidade demandante manifestou-se ([1015737](#) [1015790](#)) pelo atendimento da qualificação técnica, fiscal e jurídica da seguinte forma:

Trata-se de análise de documentação de habilitações técnica, fiscal e jurídica da **SATGURU VIAGENS LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ n. 36.063.106/0001-81, participante da licitação em curso referente ao Pregão Eletrônico **TRE-RO** n. 14/2023 que visa a contratação de agência fornecedora de passagens aéreas em prol deste Tribunal.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após solicitação da Assessoria de Licitações ([1015299](#)), a Coordenadoria Técnica e de Pagamento realizou diligências preliminares e solicitou documentos adicionais para conclusão de sua análise.

Feito minucioso estudo e comprovação da documentação adicional requerida, a **COTEP** concluiu pela aptidão da licitante para a efetiva prestação dos serviços. Assim, ratifico as informações constantes na Remessa n. 294/2023 ([1015737](#)) e envio:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

SATGURU VIAGENS LTDA CNPJ 36.063.106/0001-81:

Documentos de habilitação juntados nos eventos ([1015293](#), [1015294](#), [1015296](#) e [1015297](#) [1015729](#) e [1015730](#)). Unidade demandante manifestou-se pelo cumprimento das exigências editalícias quanto à qualificação técnica, fiscal e jurídica no evento ([1015737](#) [1015790](#)), após realização das diligências necessárias para comprovação do Certificado de registro concedido pelo Ministério do Turismo ([1015729](#)) e apresentação do contrato social para melhor demonstração da agência como consolidadora ([1015730](#)).

c) ata do Pregão Eletrônico ([1016282](#));

d) Resultado por fornecedor ([1016289](#));

e) Termo de adjudicação ([1016290](#));

g) Comprovantes do envio do resultado do certame para publicação ([1016295](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

05. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto.

06. Nas publicações dos avisos ([1010194](#)) constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

07. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital: Houve dois pedidos que foram respondidos tempestivamente e com fundamento lastreado pelo edital condutor do certame, nos e seus anexos seguintes eventos ([1015285](#) e [1015286](#)); Não houve impugnação.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema Comprasnet, além de todos os lances para o item na ata do pregão ([1016282](#));

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

Compulsando o relatório elaborado pelo Pregoeiro ([1016298](#)) e o que consta na ata do referido pregão ([1016282](#)), verifica-se a tentativa de negociação com o fornecedor que ofertou o maior desconto, embora infrutífera, com o intuito de redução dos valores de suas propostas, nos Termos do **Acórdão 2622/2021 Plenário TCU**.

Análise: As ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1016298](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de aceitação e os valores da proposta, considerando a evidente inexecutabilidade das propostas das duas primeiras colocadas com **desconto de 100%**.

Constata-se a correção na recusa das propostas das licitantes **AMAZON VIAGENS E SERVICOS LTDA.** e **FLY OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS LTDA.** Ambas ofertaram o desconto de 100,00%, **absolutamente inexecutável**, porque levaria ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fornecimento gratuito das passagens. Ambas admitiram o erro na proposta. Aplicação do item 8.11, "a, do edital:

8.11. Será recusada a proposta:

a) manifestamente inexecutável, se a proponente não comprovar robustamente a exequibilidade quando solicitada pelo Pregoeiro;

(..)

Os atos decisórios do Pregoeiro quanto à qualificação técnica, fiscal e jurídica contaram com a oitiva prévia da unidade demandante ([1015790](#)), determinante para a aceitação da proposta da empresa SATGURU VIAGENS LTDA, atendendo às especificações técnicas do objeto. Sobre o procedimento, veja-se a regra do edital:

8.12. Obtida proposta que atenda aos requisitos do edital, o Pregoeiro procederá à aceitação e passará à Fase de Habilitação.

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Como referido no relatório deste parecer, após a juntada dos documentos de habilitação técnica, fiscal e jurídica a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias por parte da empresa SATGURU VIAGENS LTDA CNPJ 36.063.106/0001-81 ([1015790](#)). Dessa forma, de acordo com os registros que constam na página 10 da ata do Pregão ([1016282](#)), a documentação da empresa foi julgada regular, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

h) Da referida decisão, não houve manifestação de intenção recursal.

08. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

09. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1016290](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

10. Registra-se que, a ASLIC já trouxe ao processo a comprovação do envio da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e no sítio eletrônico deste Tribunal ([1016295](#)), registrando no relatório ([1016298](#)) que os comprovantes serão juntados aos autos tão logo ocorra a efetiva publicação.

11. Registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 01/06/2023, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 01/06/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1016601** e o código CRC **2BB4224A**.

0003344-58.2022.6.22.8000

1016601v15



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2023 – Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.

DESPACHO Nº 630 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, visando à contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), para o período de 12 (doze) meses ([0939608](#)).

Conforme informações do caderno processual, observa-se que já houve a deflagração de um primeiro procedimento licitatório que restou fracassado (evento n. [1000328](#)), tendo em vista que nenhuma das licitantes chegou ao desconto mínimo de 13,47% previsto em edital, havendo no ato de homologação do certame a opção da unidade demandante em realizar novo pregão remodelando os termos da contratação (eventos n. [0999919](#) e n. [1000440](#)).

Reiniciaram-se todos os trâmites procedimentais realizando-se novos estudos e modulações da contratação com o objetivo de mitigar os riscos e nova frustração do certame. Para tanto, o feito foi instruído com novas peças (**ICVEC** [1003361](#), **ETP** [1003408](#) e **TR** [1003410](#)) com o objetivo de contratar o objeto pretendido, sendo autorizada a deflagração de novo certame ([1006755](#)), publicando-se novo edital ([1003361](#)) até adjudicação do objeto à vencedora.

Após a publicação do edital do certame ([1010194](#)), houve dois pedidos de esclarecimento, ambos devidamente respondidos pelo pregoeiro nos termos dos eventos n. [1015285](#) e [1015286](#). Não houve impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: relatório de propostas (1015288), ata do certame ([1016282](#)), resultado por fornecedor ([1016289](#)), termo de adjudicação ([1016290](#)) e comprovante de publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([1017414](#)). Por fim juntou o Relatório n. 36/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1016298) expondo as principais



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise (1016350).

Cumpridas as fases de julgamento da proposta e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame a SATGURU VIAGENS LTDA, CNPJ 36.063.106/0001-81, com desconto ofertado de 12,45%, valor líquido de R\$ 337.248,72. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora, conforme evento [1016290](#).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1016290](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([1016601](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 14/2023 (1016282).

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado ([1016601](#)), constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Dessa forma, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1016282](#)).

É importante registrar que, tramita neste Tribunal o **PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000**, cujo **objeto é o mesmo tratado nestes autos**, ou seja, a contratação de agência de fornecimento de passagens aéreas, diferenciando-se dos presentes autos por tratar-se de contratação em caráter temporário/emergencial. Contudo, como registrado, ambos visam satisfazer a mesma necessidade desta Administração.

A contratação em caráter emergencial visava a continuidade do serviço imprescindível à Administração, cobrindo eventuais despesas necessárias e inadiáveis caso a operacionalização do pregão para contratação ordinária, tratada nestes autos, não se concluísse em tempo hábil. De modo que, eventual solução de continuidade na prestação dos serviços colocava em xeque o exercício das funções precípuas deste Tribunal. Todavia, verifica-se que todo o procedimento para contratação ordinária transcorreu de forma célere, concluindo-se concomitantemente ao referido processo que visava a contratação em caráter emergencial.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Registra-se que, embora inexistir expressa vedação legal, **a priori, não se admite a coexistência de dois contratos para o mesmo objeto**, pois o objeto da licitação deve ser executado apenas por uma única empresa - a vencedora do certame, exceto nos casos específicos autorizados pela própria legislação, a exemplo de consórcio, onde duas ou mais empresas se associam para a EXECUÇÃO do objeto, mas, de qualquer forma, a contratação é celebrada entre a Administração Pública e o Consórcio.

Some-se a isso, que a coexistência de duas contratações para o mesmo objeto, pode levar ao **enquadramento como parcelamento irregular da despesa (fracionamento)**, sujeitando os gestores a sanções dos órgãos de controle, tendo em vista fuga de um procedimento de contratação com maior nível de controle, para um menos rigoroso, colocando a Administração em risco, vez que é possível contratar a demanda de uma única vez.

Além disso, nos termos constantes da Cláusula Terceira da minuta de contrato juntado ao evento n. [1008765](#), já se pode aferir que a vigência da contratação ordinária será a partir da assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO pelo período de 12 (doze) meses. Assim, **o contrato terá vigência imediata**, já dando continuidade à prestação dos serviços contratados, satisfazendo as necessidades desta Administração, já **contemplando o período de vigência da eventual contratação emergencial**.

Não verifico, também, a existência ou manutenção de situação a autorizar a continuidade do processamento da contratação emergencial, tendo em vista que não há informação de fracasso na licitação para contratação em caráter ordinário ou, sendo exitosa, não se verifica a rescisão contratual, nem mesmo dados de que a vencedora perdeu as condições para contratação, ou ainda que os quantitativos a serem contratados se esgotarão antes do final do exercício da nova contratação.

Dessa forma, faz-se necessário **sobrestar o processamento** do procedimento emergencial (**PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000**), até o deslinde da contratação mediante a assinatura do contrato com a vencedora deste certame licitatório, momento em que o feito emergencial deverá ser extinto mediante análise da Secretaria de Gestão de Pessoas, passando a vigorar, tão somente a contratação materializada nos presentes autos, operacionalizada mediante licitação pública.

Contudo, todas as circunstâncias envolvendo a análise da garantia da continuidade da prestação do serviço contratado deverá ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

analisada pela unidade demandante que figura, de praxe, como gestora e fiscal desse tipo de contrato, tendo em vista a necessidade de não haver qualquer período de interrupção na prestação dos serviços, colocando em risco o exercício das funções precípuas deste Tribunal.

Nesses termos, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023**, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([1016290](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Determino o envio dos autos à Secretaria de Gestão de Pessoas para, com a urgência que o caso requer, se pronunciar acerca do processamento do **PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000**, **que trata da contratação emergencial** dos serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para, com a urgência, dar continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO**, Diretor(a) Geral - Em Substituição, em 02/06/2023, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1017831** e o código CRC **ED94F4D0**.